

**Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS**  
**Curso de História**  
**Trabalho de Conclusão de Curso**

**Os negros e indígenas nos registros paroquiais de Miranda/MS  
em 1825 – 1852.**

Artigo apresentado como requisito para conclusão do curso de Licenciatura em Aquidauana pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS.

Orientador: Prof. Dr. Aguinaldo Rodrigues Gomes

Aquidauana - MS

2025

**Kreyver Zarza Valensuelo**

Aquidauana- MS, 30 de novembro de 2025

**Banca Examinadora**

---

Prof. Aguinaldo Rodrigues Gomes

Orientador

---

Prof. Miguel Rodrigues de Souza Neto

Examinador

---

Prof. Isabel Camilo de Camargo

Examinador

**Resumo:** O artigo tem como objetivo analisar documentos históricos imperiais brasileiros no início do século XIX, construindo assim uma identidade que foi formada ao longo dos anos através dos registros paroquiais em Miranda, trazendo consigo uma orientação para a laboração documental e sendo possível o uso da historiografia como forma de analisar e fazer seu levantamento. Os respectivos documentos seguem uma linha de registros paroquiais que visavam fazer um levantamento de escravizados, indígenas e entra outras terminologias que eram usadas nesse período, as análises das fontes visam compreender em como a construção de registros era feita em relação aos habitantes da região de Miranda e região e por sua vez qual eram batizados, casados e eram atestados os óbitos, o uso de análises como a heurística podem ajudar a compreender as relações paroquiais e administrativas nesse período.

**Palavras-chave:** Documentos eclesiásticos, fonte histórica, escravidão negra e indígena.

**Abstract:** This article aims to analyze Brazilian imperial historical documents from the early 19th century, thus constructing an identity that was formed over the years through parish records in Miranda. It provides guidance for document processing and allows for the use of historiography as a means of analysis and data collection. The documents follow a pattern of parish records that aimed to document enslaved people, Indigenous people, and other terminologies used during this period. The analysis of the sources aims to understand how records were constructed in relation to the inhabitants of the Miranda region, including baptisms, marriages, and death certificates. The use of analytical techniques such as heuristics can help to understand the parish and administrative relationships during this period.

**Keywords:** Historical document, Culture, Memory, Black and Indigenous slavery.

## INTRODUÇÃO.

O presente artigo tem como objetivo investigar a presença negra e indígena na região de Miranda-MS, por meio da análise de documentos históricos, especialmente de registros paroquiais de batismo, casamento e óbito, datados entre 1824 e 1852. Busca-se compreender, a partir desses registros, as dinâmicas sociais e étnicas locais, destacando a identificação de escravizados, indígenas e indivíduos classificados como 'cabras', termo utilizado para designar os nascidos da mestiçagem entre negros e outras etnias, contribuindo assim para um posicionamento historiográfico sobre a diversidade étnico-racial na região. Não obstante será analisado também, os sujeitos como crioulos e pardos, que por sua vez estão registrados nos livros, no qual estão em sua grande maioria em páginas específicas, separadas da população considerada branca.

Nessas determinadas páginas os escritos são em relação aos moradores, escravos e agregados que ali viviam (na vila de Miranda) ou em outras regiões, como a fazenda de Camapuã.

**Figura 1: registro de “cabras”.**

Villante	mariado ausente	cc	Cabra	6	51
Filhos					
Helicia		cc	Cabu	S.	18
Theresa		c	Cabu	S.	12
Tetto de Felicio Joaquim				Cabu	S. 10

Fonte: livros registros da paroquia de Miranda/MS (2024).

**Figura 2: registro de escravos.**

Escravos		
Antonio		Cabu S. 6
Gregorio c.	cc	Cabu S. 31
Maria	cc	Cabu S. 18
Jgnes		Cabu S. 3
Constancia		Cabu S. 1

Fonte: livros registros da paroquia de Miranda/MS (2024).

Figura 3: Relação de todos os moradores de Camapuãm.

Cpf.	Names	L.	Ext. 20
<i>Relação de todos os moradores de Camapuãm o seg<sup>o</sup></i>			
<i>Antônio de Antuola Bokito cc - Brin. G. 50</i>			
	<i>Theodora Maria dos Santos cc - Brin. M. 40</i>		
	<i>Filhos</i>		
	<i>Reginaldo Leme da Silva cc Brin. S. 20</i>		
	<i>José de Morais Ribeiro c Brin. S. 11</i>		
	<i>Leopoldina Maria Inocente cc Brin. S. 23</i>		
	<i>Ana Joaquima de Morais c Brin. S. 13</i>		
	<i>Antônia de Morais c Brin. S. 13</i>		
	<i>Maria Rosa de Jesus Morais Brin. S. 8</i>		
	<i>Elmer negiela de Morais Brin. S. 7</i>		
	<i>Theodora de Morais Brin. S. 16</i>		
	<i>Maria de Jesus de Morais</i>		
	<i>Escravos</i>		
	<i>Mo Amaro cc Grr. S. 50</i>		
	<i>Rozaura cc duc. S. 41</i>		
	<i>Rita cc Grr. S. 20</i>		
	<i>Rita c Cabra. S. 1</i>		
	<i>Joana c Grr. S. 1</i>		

Fonte: livros registros da paroquia de Miranda/MS (2024).

Pode-se notar que existem vários tipos de documentos, porém veremos fontes primárias do século XIX, que por sua vez foram escritos para manter seus registros como forma de consulta administrativa, para isso deve ser feita uma análise assídua dos documentos, é possível que os estudos feitos possam ter suas controvérsias de análise, assim como qualquer outra pesquisa documental é necessária uma forma de investigar os documentos trazendo consigo **uma classificação** de como foi escrita e por que foi formada de uma maneira que pudesse obter melhor resultado para época.

Pensando em questão de memória, podemos relacionar os documentos como forma de autenticar uma construção de patrimônio ou uma mera formação de registro paroquial, neste

contexto é possível que essa memória escrita seja um monumento, em um sentido mais pastoral e não histórico, levando assim o leitor a questionar se realmente pode-se usar como fonte material documental direta e indireta, como vemos em outros materiais produzidos ou disseminados, tal como a fonte oral e pictórica, o que temos aqui é uma narrativa escrita relacionada a registros civis paroquiais do século XIX, que por sua vez descreve o batismo de escravizados e indígenas da época, tais fontes tem por sua vez características imediatas e semelhantes aos de fato textos civis público, porem deve-se entender que nesse período não havia cartório para registrar ,por exemplo, os atestados de óbito ou inventario dos falecidos.

A princípio propõe-se um estudo... Sobre a tipologia documental um estudo teórico dos documentos, como são formados, produzidos e analisados, para que assim possa obter um pensamento historiográfico, esses documentos fazem uma lista de indígenas e escravos, contendo sua data de nascimento e morte, a data em que foram batizados, casados e crismados referindo assim um de registro e controle para a paróquia e de quantos deles passaram pela região nos períodos de 1824 até 1858 também uma definição usada no século XIX, chamados de cabras que seria uma análise nominativa, indicando uma miscigenação, mas também era revestido de certa incapacidade de se tornar **civilizado**, ou que estava em compasso com a moral tida como admissível para os negros. Os conceitos aqui expostos mostram como foi formada também uma identidade no Brasil imperial no interior do Brasil, sendo ela documental neste caso e revelando assim uma diferenciação dos povos que para cá vieram e que aqui estavam, sejam eles negros ou indígenas.

## O DOCUMENTO COMO FONTE DE ANÁLISE.

O documento é por si uma fonte que pode auxiliar o pesquisador no estudo em que está sendo feito, por isso é importante entender que documento não é somente um livro ou papel empoeirado, mas sim, um monumento de memória coletiva ou até mesmo individual, não descartando sua importância mediante o pesquisador, os documentos aqui analisados advém de uma instituição religiosa que por sua vez, tem esse acervo de registros administrativos do século XIX, que tem uma relação de controle de nascimentos, batismos, inventario ou arrolamento em alguns dos casos, que seria em relação a escravos, indígenas, pardos ou cabras (homens nascidos e considerados por escravos, como não sociáveis). Os documentos são em si uma fonte histórica, porém não se deve considerar que foram feitos para o historiador analisar, pois não tinham uma função historiográfica e sim documentar os sujeitos de determinados

espaços, ou seja, a paróquia de Miranda, que por sua vez eram membros do presídio, que cercavam o espaço no sul de Mato Grosso.

Em sua especificidade podemos considerar normativo, pois tem uma característica de organização simplificada e complexa ao mesmo tempo, no sentido de como foi ordenada os sujeitos nos livros registros, por exemplo, a quantidade de sujeitos como escravos, indígenas, pardos e “cabras”, essa relação segue por extensas páginas com intervalos de que definem assim um tempo de longevidade ou simplesmente não mortes nesse tempo, foi feita assim uma pequena relação de quantos faleceram nos períodos de 1824 até 1858.

Relação de registro	Período / Séc. XIX	Número de indivíduos
Escravos	1824 e 1847	Nº - 24 (cativos)
Falecidos não escravos	1847 e 1848	Nº - 27
Falecidos Indígenas	1849 e 1850	Nº - 13 até 49 (com intervalo de páginas faltando)
Crioulos	1845	Nº - 53
Pardos	1845	Nº - 05
Cabras (Filho ou filha de pais mulatos ou mãe preta)	1845	Nº - 25
Crioulos	1844	Nº - 14
Pardos	1844	Nº - 32
Cabras	1844	Nº - 63
Batizados indígenas	1850 - 1858	Nº - 132
Escravos	1850 - 1858	Nº - 49

A heurística tem como propósito, investigar a veracidade dos documentos. Vamos aplicar aqui uma forma de não só validar, mas também entender como as inscrições feitas podem auxiliar no entendimento futuro relacionado à história regional, cultural e social, que por sua vez é necessário entender por que em certos pontos tem-se uma quantidade de sujeitos que não tem sua visibilidade pós morte, ou seja, vão de um simples registro até uma detalhada narração de bens, idade, sexo e horário da morte, com esses detalhamentos pode-se observar que o aspecto socioeconômico influenciava em como eles eram registrados no arquivo paroquial, que por sua vez tinha também por objetivo registrar qualquer falecimento, porém havendo distinção entre os sujeitos da região aqui observada. Assim também temos alguns

registros de casamentos, onde o sujeito tem em sua página os detalhes e padrinhos que participaram e que em outros não há essas observações e que assim podemos definir e perpetrar diferenças de classe e que não necessariamente façam parte da minoria.

## O documento, a heurística e a tipologia das fontes.

Arlete Farge, em “O sabor do arquivo” (2017, p. 33). [...]. O importante aqui não é mais saber se os fatos relatados ocorreram exatamente dessa mesma maneira, mas entender como se articulou a narrativa entre um poder que obriga a isso, um desejo de convencer e o uso de palavras que se pode tentar descobrir se foram emprestadas ou não de modelos culturais locais.

Farge p. 92/93 – A primeira ilusão a combater é a da narrativa definitiva da verdade. [...]. O objeto da história é, sem dúvida nenhuma, a consciência de uma época e de um meio, assim como é necessariamente construção plausível e verossímil de continuidades e descontinuidades do passado, a partir das exigências científicas.

Na heurística, pode-se identificar duas vertentes de avaliação do documento, a Crítica Externa e a Interna a primeira analisa a autenticidade das fontes ao passo que a segunda forma de análise analisa a veracidade do documento.

A princípio deve-se entender o que é documento, que vai para além de um papel ou livro, onde geralmente entendemos como documento. Por motivos evidentes não conseguimos possuir diretamente para conhecimento do passado, devido a isso recorremos as fontes que de maneira indireta evidenciam o cotidiano ou algum outro fato.

Vale lembrar que os documentos têm uma variação de inúmeras formas, indo de objetos, costumes, culturas, arte, tradição oral e os próprios papeis e livros, a divisão dos documentos está entre textos escritos, tradição oral, tradição pictórica e os restos, no qual cada um desses gêneros está subdividido em várias espécies.

Os documentos, são em sua maioria feitos a fim de perpetuar a lembranças de um acontecimento mais ou menos importante da vida pública ou privada de indivíduos ou instituições ou sujeitos que estão agregados a memória de um registro, um exemplo disso são os registros paroquiais no Brasil colônia e império onde os sujeitos escravizados eram anexados na ausência de cartórios, as paróquias da região.

Os escritos eram assim armazenados nas igrejas para fins de controle da mão de obra escrava, esses acervos eclesiásticos possibilitam analisar as problemáticas daquele período em que é possível evidenciar as ideias e os problemas da época, podendo assim construir as imagens necessárias de um cotidiano do interior do Brasil colonial/imperial, levando em consideração que a transição de estado se deu em 1822.

A interpretação, seja ela parcial ou não, no sentido em que seja por completa dependendo do documento. Esse fator advém do estado de conservação dos arquivos, que por sua vez também é dependido do lugar que se encontra armazenado esse fator propicia para o pesquisador uma nova perspectiva de análise e interpretação do documento em si.

## **Heurística.**

O método heurístico é em como se dá a análise dos documentos em si, elencando as suas problemáticas no âmbito analítico, os livros históricos e em específicos aqui analisados podem ser chamados de “restos”, pois quando escritos não tinham a intenção de transmitir um conhecimento para a posteridade. Os “restos” aqui falados e estudados são os registros paroquiais de Miranda, onde não tinha um valor objetivo de expor o conhecimento do período, porém na maioria dos casos é preciso provar a veracidade de tais documentos, seja ele em seu âmbito geral documental, depois de provado a autenticidade merecem a plena confiança do pesquisador.

Sabemos que a inúmeros termos técnicos que definem a heurística, a centralização é uma delas, fora essa citada vale entender em como é feita a descoberta dos documentos ou em como eles são perdidos ao longo dos séculos, até chegarmos à centralização. Como se perdem os documentos através dos séculos, esse fator é mais possível que qualquer outra coisa, pois é nas guerras, mudanças de espaço, apagamento ou queima de arquivos de um acervo, essa perca é por sua vez a razão pela qual muitas histórias são perdidas ou mal interpretadas.

A centralização como explicitada no início é um fator importante para a utilização dos documentos históricos. Em geral, pode-se dizer que os documentos dispersos podem ser considerados perdidos, em tese esses acervos se não perdidos ficam em instituições públicas ou privadas, mantendo na maioria das vezes o anonimato e se perdendo no tempo.

## **Tipologia das Fontes.**

A tipologia documental, que vai para além de estudos de qualquer documento é a maneira de institucionalizar a análise dos documentos, a geral forma de definir as fontes está para além dos papéis, livros ou monumentos, aqui trataremos das fontes textuais que são propriamente o acervo da paroquia Nossa Senhora do Carmo em Miranda – MS, onde os livros registros se encontram.

A forma em como a gramática juntamente com a caligrafia se dá em um documento do século XIX, é de suma importância nos estudos tipográficos aonde sua análise vai além de tentar entender e decifrar os livros, nos registros paroquiais de Miranda, vemos esse exemplo de analise a ser feita, pois sua gráfica considerada desatualizada deve ser traduzida e levada para a atualidade para eventuais transcrições.

Logo, no processo tipológico de identificação do documento é preciso saber em que estamos debruçados e qual é o objetivo da escrita na determinada época em que foi escrita, em seguida é necessário fazer a transcrição dos documentos para uma melhor identificação, esse sistema de tradução não é uma tarefa fácil e sim detalhada e cirúrgica, dependendo do acervo e do período da documentação, fundamental entender que dependendo da época a gramática pode ser diferente de outro século, por que seja por exemplo da mesma região ou país, essas diferenciações são determinantes na tradução.

## **A originalidade do texto.**

Para além da escrita do documento, é preciso observar os erros dos materiais na idade média um registro primário era copiado em vários volumes, os copistas faziam esse trabalho árduo e até mesmo insalubre, no início do século XIX não era diferente, no interior do Brasil essa ideia de falta de recurso se encaixa no quesito árduo da escrita, vários fatores determinam em como era escrito os documentos, nos regisots paroquiais de 1824 é possível ver essas complicações da época, onde deve-se analisar de maneira minuciosa para não haver erro de tradução.

Ocorre que esses erros podem ser mínimos, mas que na hora da tradução pode causar desconexões de tradução, levando o leitor a erros de interpretação e repasse de conhecimento equivocado, todavia o uso quase que indispensável da paleografia para a análise como uma ciência auxiliar de compreensão dos estudos.

## **De presídio para Freguesia, um processo de memorização.**

Vale observar que, onde hoje é Miranda (Mato Grosso do Sul), fez parte da Capitania de Mato Grosso e que o processo de escravidão ainda era forte, iniciando em 1800 e perdurando até sua abolição, a escravidão em Mato Grosso e especificamente em Miranda, se deu pelo processo agropastoril, e que antes era a mineração vinda de Minas Gerais, São Paulo e Goiás, essa equivalência de acúmulo de capital nos séculos determinou assim a forma em como o processo escravista foi gradativamente mudando, para um novo pensamento de exploração. Com essa execução já em grande escala se deu assim um processo de introdução seja ela civil e principalmente religiosa na sociedade, onde os processos eclesiásticos eram necessários e que a igreja é introduzida como forma de estado, pois ainda não havia o mesmo se formado consistentemente para tais processos seja legislativa ou civil devido a uma baixa estabilização e formação urbana aos arredores da pequena comunidade, dando assim início aos registros dos sujeitos indígenas e escravizados diretamente na paróquia Nossa Senhora do Carmo.

Miranda se deu a princípio pela construção do presídio de Miranda e que anos mais tarde passaria a ser por Lei Provincial nº 11, de 26/08/1835 uma freguesia, onde ainda era subordinado ao município de Corumbá, que tinha como função a defesa das terras contra a investida espanhola, pois a coroa portuguesa temia uma tomada e perca do território já conquistado nesta região, o forte assim ganhou suas primeiras instalações e uma relativa quantidade de habitantes determinando até então suas funções de **uma comunidade civilizada**, a priori não havia uma estrutura civil formada de maneira consistente, pois tinha como foco de cunho militar nesta região, o presídio ainda sim detinha de certa forma o comando da fronteira mesmo com sua precariedade de sua forma geral.

Para além de Miranda que consta nos registros existe a comunidade de Camapuã que detinha de escravizados, mas que não eram registrados na área populacional, todos eram averbados na paróquia de Miranda, devido seu desenvolvimento e econômico e social, a Vila de Miranda era um polo de **distribuição de gado a vacum, para as minas de Cuiabá, Minas e São Paulo nesse período.**

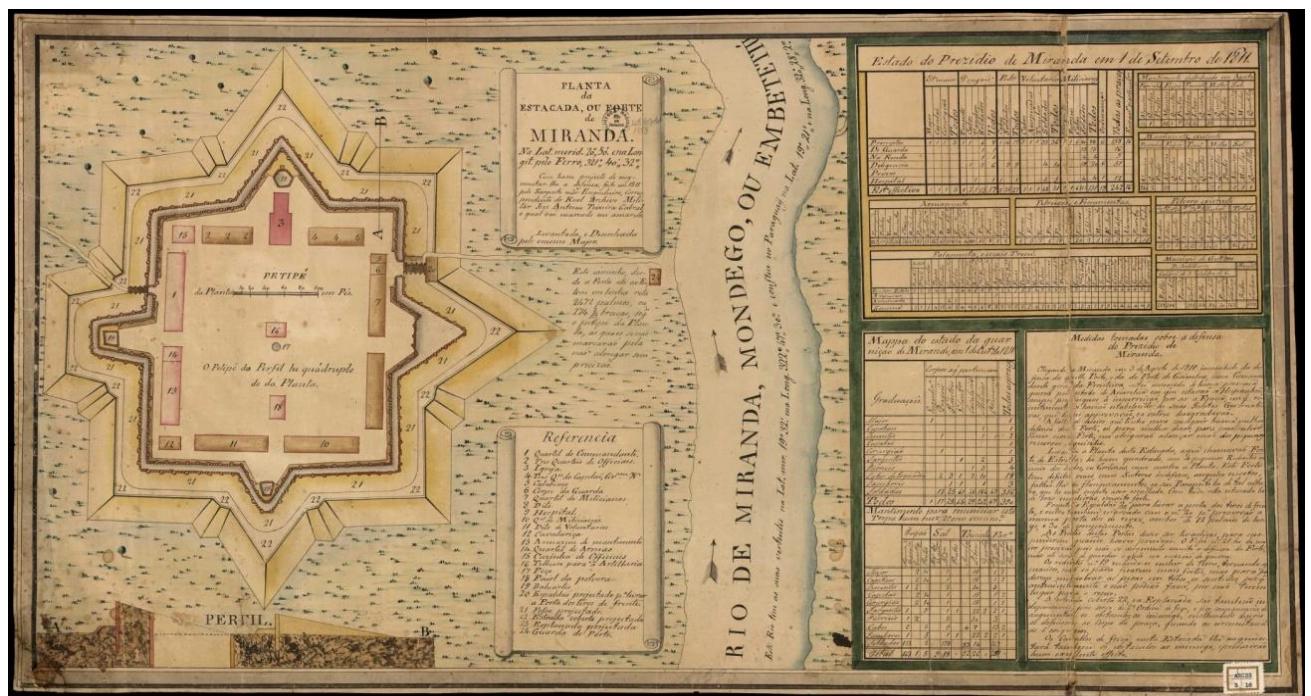
O presídio foi a estrutura central na comunidade mirandense, na qual as familiais que ali viviam sustentavam não só as necessidades particulares, mas os soldados e demais patentes

do exército na região, sujeitando uma troca mútua de segurança e sobrevivência, pois a guarda portuguesa guarnecia as fronteiras contra a investida espanhola.

A região de Miranda no período que antecede 1856, era uma freguesia só em 1857 o parecer de aprovação vinda da província de Mato Grosso elevou a vila para freguesia, o relato do deputado Faria que no qual propôs esse projeto de elevação perante a Comissão de Estatística, Divisão Civil, Judiciária e Eclesiástica.

[...] atendendo a grande distancia que separa aquela freguesia deste Município, a que pertence, e ao progressivo aumento que em sua população tem apresentado, e que continuara apresentar; e a opinião de Excelentíssimo Senhor Vice Presidente da Provincia; é de parecer que o dito projeto prossiga na discussão em que se achava quando lhe foi afeto.

**Figura 6: Planta da Estacada ou Forte de Miranda: com um projeto de aumentar-lhe a defensa. feito pelo sargento Môr Engenheiro correspondente do Real arquivo Militar José Antônio Teixeira Cabral.**



Fonte: acervo cartográfico da Biblioteca Nacional.

Com o passar dos anos esse território passou por inúmeras modificações sustentando uma comunidade que cercava o presídio de Miranda em meados do século XIX e futuramente passaria a ser uma freguesia, esse **método** de mudança no status urbano ocasionou de maneira quase que obrigatória em reescrever de certa forma uma nova história para a região, trazendo consigo uma **nova égide de memorização** dos sujeitos ali instalados e foi a igreja que deteve desse poder de documentar e controlar os municípios.

A documentação analisada é de um período **que não há por sua vez diálogos temporais** e que nem sempre fazem sentido quando analisado, a paróquia de Miranda criada oficialmente em 1835, não traz consigo só registros dessa data em específico, mas sim que antecede a eles, ou seja, com seu fundamento comunitário em 1824 mostrando assim divergências de tempo, o objetivo não é desmerecer trabalhos já realizados que tem relação com cidade mais sim, analisar em como os feitos escritos podem fazer entender o sistema escravista seja ele de escravos negros e indígenas, vale ressaltar que não são sujeitos em específico tem-se os cativos, cabras e crioulos, que por sua vez são além de tudo, escravizados pelos senhores.

Esses integrantes da sociedade foram em sua parte anexada aos demais habitantes, porém com ressalvas socioeconômicas e de origens adversas, os respectivos documentos tem suas observações em relação a esses homens e mulheres, podemos considerar como marcações que definem o que faziam, a qual senhor pertencia, não vamos aqui entrar no mérito de constituir caminhos que levem a quem se apropriou desses sujeitos, mas sim como funcionava o método de checagem da igreja naquele período, levando em consideração a precariedade da freguesia e alguns atrasos nos andamentos em se criar repartições públicas que suprissem as necessidades básicas burocráticas, que em específico são os documentos de certidão de casamento, arrolamentos e óbitos, os de batismos não serão por sua vez citados, pois já tem um cunho religioso ligado a eles.

A documentação em si tem inúmeras maneiras de se analisar e interpretar, assegurando assim posições que possam definir o que se tem como processo de escravidão em meados do século XIX e até o fim dele, a princípio observou que a paleografia entra como ferramenta auxiliar de leitura dos documentos, pois é a partir desse conceito de transcrição que se tem o entendimento do que foi registrado em determinado tema documental e podem-se identificar quem são os homens e mulheres que ali foram escravizados, batizados, casados e obtiveram suas certidões de óbitos emitidas, contudo esse trabalho não é de certa forma fácil é um ofício minucioso e detalhado, levando em consideração principalmente a escrita da época, que por

sua vez nos dias de hoje não acompanha a gramática e a caligrafia do século XIX, que aqui está sendo estudada.

O formato abordado é de maneira subjetiva e concreta, trazendo consigo elementos que caracterizam uma fonte primária que fundamenta o conceito de africanos escravizados principalmente no interior do país no período oitocentista, determinado que essa execução de mão de obra negra e indígena foi à principal fonte econômica nesta região voltada para a criação de gado vacum e plantação de cana de açúcar, feijão que por sua vez abastecia outras capitâncias acerca do Sul de Mato Grosso.

## **REFERÊNCIAS:**

AQUINO, Israel da Silva. Potencialidades e usos de fontes paroquiais e listas populacionais para o estudo da formação de freguesias no período colonial (Triunfo, 1757-1831). In: SEMINÁRIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 2023, Anais eletrônicos... Local de publicação: Editora, 2023.

BESSELAAR, José Van Den, Introdução Aos Estudos Históricos.

Capítulo 12 - A Tipologia Documental como Instrumento para a Seriação de Documentos  
Sonia Maria Troitiño-Rodriguez.

Acervo cartográfico da Biblioteca Nacional.

Barros, José D' Assunção. Fontes Históricas – uma introdução aos seus usos historiográficos. Petrópolis: Editora Vozes, 2019.

Almeida, Elaine Aparecida Cancian de. Nos confins do sertão de Miranda: Ocupação da terra, desenvolvimento econômico e relações de trabalho (1830- 1892) /Elaine Aparecida Cancian de Almeida. – Dourados, MS: UFGD, 2014.

CAMARGO, Isabel Camilo de O sertão de Santana de Paranaíba: um perfil da sociedade pastoril-escravista no sul do antigo Mato Grosso (1830-1888). / Isabel Camilo de Camargo. – Dourados, MS: UFGD, 2010.

Presídio – IHGMS – sentido de fortificação. Rio Mboteteí (hoje rio Miranda), proteger o território dos espanhóis.

1718 – Descoberta do ouro em MT – Villa Bela/Cuiabá

1728 – Chegada dos jesuítas

1759 – Expulsão dos jesuítas

1778 – Início da construção do presídio – site da Câmara/ IHGMS

1797 – Presídio/Forte de Miranda – Cancian/IHGMS – 400 casas pau a pique; 500 habitantes, indígenas pacificados.

1811 – Planta do Presídio - traz informações de como estava o presídio.

1825 – Livro de registros paroquias. Levanta a hipótese da presença da Igreja, pode ser que antes havia só uma autoridade eclesiástica que vivia lá.

1829 – Primeiras ocupações em Sant’Ana de Paranaíba.

1835 – Miranda torna-se distrito.

1845 – 200 habitantes (diminuiu a quantidade de habitantes ou retirou-se os indígenas da contagem?)

1857 – Miranda torna-se Vila, assim como Sant’Ana de Paranaíba, nova divisão administrativa?

1860 – Substanciais propriedades (Esselin) – ler texto do Esselin para ver o que eram “substanciais propriedades”

1912 – Chegada do telégrafo e estação ferroviária.

Como ocorreu a construção do forte? De onde veio o material, a mão de obra?

Quem vivia lá? Como era organizada a vida no Presídio?

Quais etnias constam nos livros de batismo/morte?

Qual a quantidade de batismos e mortes de crianças brancas, negras e indígenas?

Quais as informações que se tem sobre homens e mulheres nesses documentos? Os casamentos são interraciais?

Eni de Mesquita Samara – Paleografia e fontes do período colonial brasileiro.

Livro: **Fontes Históricas** - Fontes documentais: uso e mau uso dos arquivos, Carlos Bacellar.

Cuidado com o material, exemplo: usar livros não ter bebida e líquido perto. Fazer higienização

p. 39-42 – Arquivos Eclesiásticos – cita estudos que utilizaram esse tipo de fonte.

p. 63- documento não é neutro carrega a opinião da pessoa/órgão que escreveu. Historiador deve desconfiar das intenções de quem a produziu.

Artigo: Notas sobre os historiadores e suas fontes, Tânia Regina de Luca

Santos, C. O. (2007). Os primeiros arquivos eclesiásticos brasileiros (1551-1854): diagnóstico. *Revista Brasileira De Biblioteconomia E Documentação*, 3(1). Recuperado de <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/28>